

FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O CONHECIMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA E O NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO PESSOAL

Mylena Barreiros Epifânio Alves
Ana Barreiros de Carvalho

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo averiguar como o conhecimento teórico sobre gestão financeira pode reduzir o nível de endividamento pessoal. Trata-se de um estudo exploratório, com o objetivo de identificar como o nível de endividamento pessoal pode ser reduzido pelo conhecimento de gestão financeira. A pesquisa bibliográfica exploratória foi utilizada como método para tal estudo, tendo como metodologia aplicada a qualitativa. O instrumento de levantamento de dados foi o levantamento bibliográfico através de pesquisas em livros e artigos científicos coletados através do Google Acadêmico, Plataforma Scielo, Research Gate e relatórios governamentais. Identificou-se uma relação inversamente proporcional entre o conhecimento sobre gestão financeira e o nível de endividamento, além da identificação da dificuldade de difusão do conhecimento sobre gestão financeira no setor educacional do nosso país.

Palavras-chave: Gestão financeira. Administração. Controle financeiro. Endividamento.

Currículum

Esta investigación tiene como objetivo descubrir cómo el conocimiento teórico sobre la gestión financiera puede reducir el nivel de endeudamiento personal. Se trata de un estudio exploratorio, con el objetivo de identificar cómo se puede reducir el nivel de endeudamiento personal mediante el conocimiento de la gestión financiera. La investigación bibliográfica exploratoria fue utilizada como método para dicho estudio, con metodología cualitativa aplicada. El instrumento de recolección de datos fue el relevamiento bibliográfico a través de búsquedas en libros y artículos científicos recolectados a través de Google Académico, Plataforma Scielo, Research Gate e informes gubernamentales. Se identificó una relación inversamente proporcional entre los conocimientos sobre gestión financiera y el nivel de endeudamiento, además de identificar la dificultad de difundir conocimientos sobre gestión financiera en el sector educativo de nuestro país.

Palabras clave: Gestión financiera. Administración. Control financiero. Endeudamiento.

Abstract

This research purpose is to verify how theoretical knowledge about financial management can reduce personal indebtedness. It is an explorative study to identify how the level of personal indebtedness can be reduced by understanding financial management. The bibliographic explorer research was used as a method to this specific study, applying the qualitative methodology. The devices used to collect data was books, scientific articles collected through Google academic, Scielo Plataforma, Research gate and Government reports. An inversely proportional relation was identified between the knowledge about financial management and the level of indebtedness. In addition to identifying the struggle of diffusion of about financial knowledge educational sector of our country.

Keywords: Financial management. Administration. Financial control. Indebtedness.

1. INTRODUÇÃO

Entender como utilizar o dinheiro com sabedoria deveria ser uma das bases de construção do conhecimento de todo indivíduo, já que é o recurso fundamental para a sua subsistência e seu impulsionamento na vida. Conhecer o potencial que a disponibilidade do crédito pode alcançar e como utilizá-lo de forma inteligente para o crescimento da riqueza é uma tarefa desafiadora para grande parte da população brasileira, que se vê numa sociedade onde a busca pelo conhecimento sobre a gestão de finanças pessoais é pouco incentivada. Num contexto de alta oferta creditícia e baixo domínio do conhecimento sobre o assunto, o endividamento e a inadimplência são uma consequência esperada. Isso não quer dizer que a população endividada não possa melhorar de situação e se tornar formadora de poupança através do estudo de gestão financeira.

Conforme Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, PEIC, realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2020), o Brasil atingiu um novo recorde no percentual de endividamento em agosto de 2020, chegando ao maior índice da série histórica desde 2010, ano em que a PEIC começou a ser realizada por essa Confederação. Além disso, 25,4% da população brasileira encontra-se inadimplente, sendo que 4,6 bilhões de brasileiros já informaram não terem condições de pagar suas dívidas (Abdala, 2020). Na cidade de Feira de Santana, Bahia, foram registradas mais de 111 mil inclusões de débitos na base de dados do Serviço de Proteção ao Crédito, SPC (Cruz, 2019). Diante dessas informações, é possível identificar a dificuldade encontrada pela população brasileira e, especificamente, pela população feirense, em realizar o pagamento de seus compromissos financeiros.

Este estudo busca colaborar com a formação dos futuros administradores, haja vista que os gestores que tenham em suas equipes profissionais com adequada gestão de suas finanças pessoais têm profissionais, em via de regra, mais produtivos e focados em seus objetivos pessoais e nos objetivos organizacionais.

O presente trabalho tem como tema Finanças pessoais: um estudo sobre a relação entre o conhecimento de gestão financeira e o nível de endividamento pessoal. Sua questão norteadora é: Como o conhecimento teórico sobre finanças pode reduzir o nível de endividamento pessoal? Esse tema foi elaborado a partir da hipótese de que com o

conhecimento sobre finanças pessoais, os indivíduos apresentam melhor compreensão dos conceitos sobre finanças; aumentam o domínio sobre a gestão financeira, gerando a redução dos níveis de endividamento dos mesmos; além do aumento do índice de satisfação pessoal e da conquista da sua independência financeira.

O objetivo geral da presente pesquisa é averiguar como o conhecimento em gestão financeira influencia o nível de endividamento pessoal. A metodologia aplicada foi a qualitativa, por estudar a relação entre o nível de conhecimento sobre finanças e o nível de endividamento, partindo da hipótese de que quanto maior o conhecimento sobre finanças, menor o nível de endividamento. O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica exploratória, pois o objetivo é entender qual é a relação entre o nível de endividamento pessoal e o conhecimento sobre conceitos de educação financeira. A análise de dados ocorreu através de métodos estatísticos.

A investigação dos níveis de endividamento e do conhecimento sobre finanças visa trazer benefícios individuais e coletivos, identificando pontos de melhoria no planejamento financeiro e na formação de poupança. A população brasileira tem apresentado elevado nível de endividamento, com um grau considerável de inadimplência, o que demanda maior necessidade de políticas assistencialistas e maior interferência do Estado na economia, além de onerar ainda mais os cofres públicos. Uma sociedade com indivíduos poupadores, que tenham conhecimento sobre educação financeira, é uma sociedade em ascensão econômica, com menos dependência de assistência financeira do Estado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Todo cidadão adulto lida com dinheiro de alguma forma. Sendo assim, é necessário tomar decisões quanto a maneira como utilizará seus recursos financeiros, seja para sua própria subsistência no momento presente, seja para se preparar para o futuro. Cada pessoa decide como receber dinheiro e como utilizá-lo. De uma forma ou de outra, homens e mulheres fazem escolhas e definem, conscientemente ou não, a maneira como realizam a gestão das suas finanças pessoais. Sendo assim, torna-se imprescindível a aprendizagem sobre conceitos básicos de finanças pessoais e economia doméstica.

Gitman (2010) define finanças como a ciência e a arte de administrar o dinheiro. Já para Garman (2008), o conceito de finanças pessoais trata sobre a maneira como as pessoas gastam, economizam, protegem e investem seus recursos financeiros. A gestão de finanças pessoais engloba toda a ação e decisão relacionada à maneira de agir de cada indivíduo com os seus recursos financeiros para a obtenção de objetivos pessoais. Ter um patrimônio, ter uma família, ter uma profissão, fazer a viagem dos sonhos são exemplos de metas que toda pessoa idealiza e deseja executar. O conhecimento sobre finanças pessoais é um instrumento promissor para o atingimento dessas metas. Mao (2017) afirma que finanças pessoais são atividades que envolvem todas as decisões financeiras individuais, o que inclui o orçamento, poupança, seguro, hipotecas, levando em consideração uma série de produtos financeiros e outros fatores pessoais, além de assumir grande influência na vida e no futuro de uma pessoa.

Alcançar a chamada “independência financeira” também é um dos objetivos de quem se dedica ao estudo das finanças pessoais. O conceito de independência financeira trata da capacidade de arcar com as suas despesas e gerar riqueza sem depender diretamente de um salário ou remuneração, fazendo com que o dinheiro aplicado por esse investidor gere renda por si mesmo através dos juros compostos dispostos em seus investimentos. Isso faz com que

os indivíduos tenham maior liberdade de escolha e realizem seus sonhos mais facilmente, sem ter a premissa de se adequarem a determinada carreira ou condição em razão de seu salário.

Além da realização pessoal, o conhecimento sobre finanças pessoais é positivo para os relacionamentos interpessoais. Muitas discussões familiares têm as suas raízes em questões financeiras, disfarçadas como outros problemas. Quando a renda familiar não consegue abarcar todas as despesas e os anseios não são supridos, as relações são estremecidas, há conflitos, que nem sempre são vistos pelos familiares como originados na má gestão do dinheiro, conforme Cerbasi (2014) comenta. Silva (2018, p. 218) confirma essa afirmação, ao dizer que “a ineficiente gestão das finanças pessoais, entre os jovens, pode desencadear muitos conflitos pessoais e sociais, como dificuldades de relacionamento entre as pessoas de uma sociedade.” Ao longo desta pesquisa, veremos a influência da má gestão financeira sobre aspectos sociais das pessoas, provocando isolamento social e contribuindo com atitudes extremas, como a ideação suicida.

A divulgação da educação financeira é positiva também para o Estado. Indivíduos bem educados financeiramente oneram menos o Estado, não demandando tantas políticas assistencialistas ou demais auxílios financeiros. Estes são formadores de poupança e possuem maior poder de compra, fazendo assim com que a economia local seja crescente, fluida e próspera.

2.1 Difusão de Informações sobre Educação Financeira

A educação financeira é muito positiva em contribuir com o conhecimento para a gestão de finanças pessoais. Trata-se do segmento educacional que tem por objetivo orientar as pessoas a entenderem como o sistema financeiro de seu país funciona e como utilizar, de forma eficaz, os seus recursos financeiros, a fim de alcançarem a sua subsistência, seus objetivos pessoais e se prepararem para o futuro.

Uma pessoa financeiramente inteligente é aquela que economiza parte de sua renda e utiliza sabiamente o crédito e os seus recursos disponíveis de maneira a realizar seus desejos sem que sua capacidade de pagamento fique comprometida. Aplica criteriosamente suas reservas em fundos que pagam juros que se sobressaiam à inflação e que apresentem liquidez correspondente à sua necessidade. Diversificam seus investimentos e optam por viver momentaneamente abaixo do que poderiam, a fim de atingir objetivos a longo prazo, como, por exemplo, terem uma aposentadoria confortável. Inteligência financeira é saber fazer escolhas e avaliar adequadamente o que vale a pena perder ou postergar no presente a fim de alcançar outras conquistas no futuro.

A questão é que as famílias brasileiras não têm a cultura de discutir sobre dinheiro em casa. Os filhos acabam tendo pouco embasamento para gerir seus recursos, sendo que esse suporte pode ser oferecido e incentivado desde a infância, com conceitos básicos sobre poupança e planejamento financeiro. O senso comum sobre o assunto se baseia muito no aconselhamento de parentes e amigos que muitas vezes não têm especialização no assunto e se baseiam em suas próprias experiências de vida, não considerando as particularidades de cada ambiente familiar.

As pessoas, que desde a infância poderiam ter compreendido sobre esses conceitos

básicos e que poderiam ter aprendido sobre os *trade-offs*¹ que precisam fazer, acabam se tornando adultos cada vez mais despreparados para a gestão de suas finanças. A familiaridade com esse assunto facilitaria muito a tomada de decisão sobre como utilizar seus recursos no futuro para o atingimento de objetivos de vida. Silva, Benevides e Duarte (2018, p. 3) falam sobre a necessidade de inserção da educação financeira na educação básica:

[...] as escolas de toda a rede municipal, estadual, federal e privada deveriam adotar uma disciplina sobre educação financeira para que as crianças possam ter acesso ao aprendizado dos temas relacionados a Finanças, bem como para terem conhecimento sobre a situação financeira dos familiares, ajudá-los a poupar e minimizar as dificuldades decorrentes dessas decisões. Porém, atualmente, as disciplinas que envolvem educação financeira são vistas em formação isolada, em cursos técnicos e superiores que envolvem a área de finanças, como por exemplo, Contabilidade e Administração. [...] Tendo em vista que, quando os jovens chegam a ter acesso a este tipo de disciplina já trazem diversos hábitos financeiros de toda vida, torna-se bastante complicado reeducá-los para melhor consciência financeira.

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) é um documento que rege a educação básica no Ensino Infantil, Fundamental e Médio nas escolas públicas e particulares do Brasil. Este documento está sendo aplicado desde o ano de 2020 na educação infantil e fundamental e passa por adaptações pelos educadores até o ano de 2022. A Educação Financeira foi definida como um eixo interdisciplinar a ser aplicado nas disciplinas de Matemática, Linguagens e História. Segue abaixo trecho da BNCC que trata sobre o assunto:

Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing. Essas questões, além de promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, podem se constituir em excelentes contextos para as aplicações dos conceitos da Matemática Financeira e também proporcionar contextos para ampliar e aprofundar esses conceitos. (BRASIL, 2018, p. 269)

O texto do documento exalta a importância e relevância do desenvolvimento desse eixo dentro das escolas, mas ainda é uma iniciativa recente. Ainda não há, na prática, execução efetiva de ensino de educação financeira. Essas orientações devem ser executadas de maneira eficaz, a fim de que a sociedade brasileira se torne de fato cada vez mais promissora financeiramente.

Tornar o conhecimento sobre educação financeira simples e acessível é imprescindível para a difusão efetiva deste conteúdo. A população precisa entender como aplicar esse conhecimento no dia a dia, a fim de desfrutar dos benefícios de uma vida financeiramente organizada, como o alcance de objetivos. O crescimento intelectual, financeiro e social só acontece a partir do momento em que as pessoas entendem de fato os conceitos e conseguem aplicá-los à sua vida prática.

¹ *Trade-off* é uma expressão em inglês que representa na economia a escolha de desistir de algo para receber outra coisa. É o chamado custo de oportunidade.

Quando um parente ou amigo oferece aconselhamento para a compra de uma casa ou um carro por financiamento, por exemplo, ele incentiva porque conseguiu adquirir esses bens dessa forma, ou porque sabe de outras pessoas que assim o fizeram. Mas esse mesmo conselheiro pode não conhecer as circunstâncias de suas finanças, não considerando o nível de endividamento pré-existente da família, as taxas de juros cobradas pela financeira ou mesmo a situação do mercado no presente. O critério muitas vezes utilizado para qualificar as famílias em bem ou mal sucedidas são os bens tangíveis que são apresentados à sociedade e não a gestão de suas finanças.

Esta maneira de entender o que é prosperidade financeira faz com que sejam feitas escolhas erradas, sem o devido preparo, sem considerar o comprometimento da receita familiar e o preço final pago, juros e encargos que possam ser cobrados, além da variação da inflação. Tudo isso diminui o poder de compra das famílias e as limita a viver numa condição não almejada. Torna-se um ciclo vicioso: gasta-se mais do que deve para acessar uma condição de vida maior do que se pode ter, ao custo de pagar ainda mais do que se precisaria.

Seja para aprender uma profissão, para construir um edifício ou mesmo para um tratamento estético, o que é considerado prudente é buscar a orientação de um profissional. Para escolher a pessoa com quem viver e estabelecer uma família, é aconselhável que a conheça antes e que haja convivência. Há um preparo e estudo para estas coisas. Por que não estudar e se preparar também sobre o planejamento financeiro? Já que em praticamente tudo o que fazemos na vida se envolve dinheiro e que o nosso estilo de vida presente e futuro depende, em grande parte, da forma como lidamos com o mesmo, deveríamos dar maior atenção a essa questão.

Além disso, falar sobre dinheiro é considerado tabu. Falar sobre dividir a conta, deixar de comprar um produto por não ser necessário ou conveniente no momento e dizer não a outras pessoas quando o assunto envolve dinheiro ainda é uma dificuldade enorme, considerando que o poupador que se posiciona com firmeza na forma como lida com seus recursos pode ser visto como avaro, egoísta e mesquinho. Essa visão poderia ser diferente se as pessoas falassem mais sobre finanças pessoais, pois um tabu só pode ser quebrado se houver diálogo claro e eficiente.

A internet, aos poucos, começa a mudar essa realidade. O acesso ao conteúdo da internet se tornou mais acessível nos últimos anos e muitos influenciadores digitais começaram a abordar sobre educação financeira, desmistificando e traduzindo em linguagem simples o que antes parecia ser entendido apenas por estudiosos em economia. Tornou ainda mais acessível o conhecimento e o discurso sobre dinheiro no país. Nos últimos dez anos, houve o surgimento de vários canais do site YouTube no Brasil que, desde então, apresentam conteúdos sobre economia doméstica e finanças pessoais, desmistificando muitos termos e linguagens da economia que eram antes difíceis de serem entendidos pela população leiga no assunto. O canal Me Poupe, no YouTube, é um exemplo desse movimento. Em fevereiro de 2015, foi fundado pela jornalista e especialista em finanças Nathália Arcuri, que tinha por objetivo orientar o público da plataforma a como sair das dívidas e enriquecer lícitamente, através do planejamento financeiro. Utilizando exemplos do dia-a-dia, de forma simples, clara e objetiva, o canal cresceu e conta hoje com mais de 300 milhões de visualizações e mais de cinco milhões de inscritos² e tornou-se a primeira plataforma de entretenimento financeiro do mundo. Embora não se trate de conteúdo acadêmico, a visibilidade que o canal adquiriu

² Conforme consulta ao canal Me Poupe no site do YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/Mepoupenaweb/about>. Acesso em: 30 set. 2020.

demonstra o quanto as pessoas têm se interessado cada vez mais sobre o assunto. Vários outros canais e plataformas surgiram desde então, com o mesmo objetivo de tornar o conhecimento sobre finanças mais acessível no país.

2.2 Execução do Planejamento Financeiro

Organizar planos para o atingimento de metas pessoais é justamente a ação de quem executa um planejamento financeiro. Essa prática é fundamental para que o conhecimento teórico sobre finanças pessoais possa ser eficaz. Esse planejamento baseia-se na organização da forma como o dinheiro é utilizado e como esse recurso será utilizado para alcançar metas de curto, médio e longo prazo de forma clara e tangível. Mao (2017) afirma que o planejamento financeiro ajuda as pessoas a alcançarem seus objetivos pessoais ao estabelecer uma jornada da condição atual ao alvo desejado. O autor categoriza o planejamento em cinco etapas: coleta de informações e avaliação da situação financeira atual, definição de metas financeiras, desenvolvimento, implementação e reavaliação do plano financeiro.

Segundo Garman (2008), um dos grandes benefícios do planejamento financeiro é usar sabiamente o dinheiro, economizando parte de sua renda e estabelecendo um nível de gastos conforme as suas necessidades básicas. É a política do “pague-se primeiro”: o planejador separa os recursos que serão utilizados para alcançar suas metas e reconhece isso como prioridade, para depois pagar suas despesas pessoais.

Garman (2008) continua esse raciocínio sugerindo que o planejamento financeiro pode ser subdividido em três partes: Gastos, Gestão de Riscos e Acumulação de Capital. Enxugar os gastos a ponto de possibilitar ter um estilo de vida um pouco abaixo do possível é fundamental para a formação de reserva e conquista de futura independência financeira. Gerir suas finanças a fim de amenizar danos de imprevistos evita possíveis desarranjos no orçamento. Isso faz com que o planejamento antes estabelecido se mantenha estável e que os objetivos sejam alcançados. A acumulação de capital é justamente a formação de reserva para alcance desses objetivos. Dessa forma, com esses três pilares, o planejamento financeiro pode ser executado, trazendo estabilidade no presente para a realização dos sonhos almejados.

2.2.1 Gastos

Conforme Mao (2017), um planejamento financeiro começa com uma avaliação completa da situação financeira atual, ao identificar qual a renda, as despesas, os empréstimos, entre outros. O indivíduo deve ver todo o seu quadro financeiro, o que exige que ele acompanhe com cuidado. Para ver o quadro financeiro de uma pessoa, é necessário aplicar o conceito de patrimônio líquido, ao categorizar seus ativos (é o que se possui: dinheiro, investimento, imóveis e outros bens) e passivos (é que deve: empréstimos, hipoteca, financiamento, dívida de cartão de crédito, por exemplo). A soma dos ativos, subtraída pela soma dos passivos, determina o patrimônio líquido. Essa fórmula determina a riqueza que o indivíduo acumulou em determinado período. Se o saldo for negativo, isso significa que essa pessoa gasta mais do que ganha.

Na parte de gastos, o planejador pode identificar possíveis gargalos que dificultam a formação de reserva. Para tanto, é necessário que haja controle e registro de todos os gastos mensais, sua categorização em diferentes tipos de gastos e que sejam estabelecidas metas por categoria, com objetivo de reduzir despesas desnecessárias e manter o nível de gastos conforme estabelecido no planejamento. Esse controle detalhado pode ser feito em um mês a cada semestre e nos outros cinco meses seguir o planejamento adaptado à realidade diagnosticada pela análise desse controle, por exemplo. Esse prazo para análise periódica

pode ser aplicado de acordo à realidade individual e familiar.

Uma prática igualmente importante no controle dos gastos é o estabelecimento de reservas para compras à vista de itens mais caros que possam comprometer a renda da família. Exemplos disso são a troca do veículo da família, pagamento de tributos periódicos, como o IPVA e IPTU, compra de material escolar, troca e compra de eletrodomésticos. Estes itens são sazonais ou naturalmente sofrem depreciação com o passar do tempo. São passivos nas contas familiares que podem ser adquiridos com planejamento, ao invés de comprar emergencialmente quando um deles apresenta algum tipo de dano que impossibilite a sua utilização. Além disso, organizar suas finanças a fim de evitar parcelamentos e possibilitar compras à vista facilita a obtenção de desconto e livra o consumidor de juros que possam estar embutidos em produtos parcelados. Essas e outras práticas de ajustes de gastos possibilitam a realização das outras duas etapas do planejamento financeiro.

Mao (2017) afirma que um orçamento pessoal é uma excelente ferramenta para monitorar se a atividade financeira real está indo como o planejado e para verificar como as despesas são alocadas. Pode ajudar as pessoas a gastar menos, despertando sua consciência em relação a gastos adicionais. Um orçamento pessoal é um plano financeiro que deve orientar a distribuição de renda futura para gastos, poupanças e investimentos. O orçamento pessoal é feito com base nas despesas anteriores e nas dívidas pessoais.

Quando alguém está fazendo o seu orçamento pessoal, deve tentar mantê-lo simples. De acordo com Mao (2017, *apud* Bodie *et al*, 2003), um orçamento pessoal redundante tende a fazer uma pessoa desistir do processo. Por exemplo, identificar as receitas e despesas não precisa ser muito específico, um usuário deve categorizar de forma mais geral. Flexibilidade é uma outra dica que se deve ter em mente. Porque alguns gastos não acontecem todos os meses. As pessoas gastam mais dinheiro em sorvete no verão do que no inverno, por exemplo. A variação no orçamento deve ser feita em conformidade.

2.2.2 Gestão de Riscos

Ao elaborar um planejamento financeiro, deve-se considerar a existência de liquidez para possíveis emergências, a necessidade de cobrir dívidas já estabelecidas como fatura de cartão de crédito, empréstimos e outros compromissos firmados e se o indivíduo já economiza tanto quanto espera, segundo Mao (2017).

A gestão de riscos deve ocorrer na parcela das receitas a serem reservadas para possíveis imprevistos. A perda de emprego e receita, o adoecimento e/ou falecimento de alguma pessoa do núcleo familiar, sinistro residencial ou veicular, quebra de equipamento são alguns exemplos de imprevistos que podem desestabilizar o planejamento financeiro e postergar a realização das metas traçadas. Mao (2017) diz que a proporção de despesas de vida cobertas por um mês pode mostrar quantos meses alguém pode sobreviver em caso de perda de toda a renda. Uma das frequentes sugestões de Cerbasi (2014) e de outros especialistas é a formação de uma reserva de emergência, ao separar um valor proporcional a cerca de seis meses de receita bruta mensal para a cobertura de eventuais imprevistos.

Outra forma também de mitigar os riscos é a contratação de seguros equivalentes ao patrimônio já possuído, pelo menos até a formação desta reserva. Há diversos tipos de seguros no mercado: seguros de vida, automóvel, patrimonial, contra acidentes pessoais, de equipamentos, etc. Um exemplo de seguro citado por Mao (2017) é o seguro residencial, que é um seguro patrimonial que protege as residências contra danos. A apólice de seguro típica do proprietário cobre propriedade e responsabilidade. A parte da propriedade inclui a proteção

da estrutura da casa, e danos de desastres naturais como: trovão, vento, fogo e explosão. O seguro residencial também tem uma cobertura da estrutura da casa e da propriedade ao redor dela. No entanto, sabotagens por terremoto ou inundação não estão incluídas no seguro normal do proprietário. Os proprietários têm que fazer seguro desses riscos em outros seguros. A parte de responsabilidade garante a responsabilidade legal, assim como o seguro do locatário. Por exemplo, o animal de estimação de um morde o vizinho. Além dos mencionados acima, alguns seguros de proprietários de casas também oferecem apólices de animais de estimação contra doenças ou acidentes, conforme Mao (2017, *apud* Harrison, 2005).

A adesão a seguros é recomendada quando não há a formação de reserva para imprevistos, servindo como um aliado contra a potencial redução de patrimônio em razão de um sinistro. A renovação dos seguros contratados devem ser reavaliados continuamente de acordo com a reserva financeira familiar já construída.

2.2.3 Acumulação de Capital

A terceira parte desse planejamento constitui-se na acumulação de capital, que é a aplicação dos recursos poupados mensalmente em investimentos que possibilitem a multiplicação de riqueza e composição de patrimônio. Na concepção de Garman (2008), neste tópico entraria a formação de reserva de emergência, mas também ele aborda outros tipos de acumulação de capital: ter poupança para adquirir bens, investir em ativos que gerem remuneração por juros compostos, dentre outros. É nessa parte do planejamento que são concentrados os esforços para a atingimento das metas propostas e consequente realização de objetivos.

Mao (2017, *apud* Magnarelli, 2011) lembra que, com o passar do tempo, as coisas mudam. Aos vinte anos, uma pessoa pode se preocupar em conseguir um emprego; quando faz trinta anos, se preocupa com a moradia ou com seu bebê recém-nascido. Os indivíduos devem rever seus planos financeiros e reavaliar sua situação financeira de acordo com seu momento de vida.

O planejamento financeiro pode assumir outros formatos diferentes do elencado até aqui, mas todos eles devem ter o mesmo propósito: organizar a vida financeira para a realização de sonhos. Com planos coordenados para cada objetivo e com controle eficiente de gastos, todos podem obter independência financeira e consequente plenitude em várias outras áreas da vida.

2.3 O Crédito

De modo geral, o banco costuma ser o primeiro local onde acontecem as atividades financeiras. Dinheiro, transações, investimentos, câmbio, empréstimos e demais serviços financeiros são operados em um banco, segundo Mao (2017). Os bancos são os intermediários financeiros entre os depósitos e os empréstimos. A relação entre as instituições financeiras e os agentes econômicos no Brasil é mediada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e a atuação de bancos múltiplos, como os que as pessoas costumam utilizar para confiar seus recursos financeiros, é regulada e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil (BCB). O BCB, ou Bacen, como também é chamado, atua “como entidade reguladora do Sistema Financeiro Nacional, possui diversas alternativas e instrumentos legais para intervir nas instituições financeiras diante de qualquer ameaça ou concretização de crises no sistema bancário”, conforme Assaf Neto (2014, p. 96) define. Ele também é responsável por defender os agentes econômicos de práticas indevidas na disponibilização de serviços de crédito por parte das

instituições financeiras.

O termo “crédito” é usado para descrever um arranjo no qual dinheiro, mercadorias ou serviços são recebidos em troca da promessa de pagamento de uma retribuição em uma data futura, conforme aborda Garman (2008). É uma relação de confiança entre credor e devedor, que deve ser cumprida de acordo com o contrato estabelecido entre ambas as partes. Para o seu fornecimento, o credor se utiliza de informações de contratações e pagamentos feitos anteriormente pelo devedor, relacionando o seu histórico de pagamento com a sua capacidade em honrar o compromisso feito. O crédito tem diversas facetas, mas basicamente pode ser concedido em uma só vez, sendo pago em parcelas preestabelecidas, como é o caso do empréstimo, ou pode ser liberado para utilização mensal, como o cartão de crédito funciona.

A utilização de crédito divide opiniões. Apresenta muitas desvantagens, mas pode ser utilizado favoravelmente em diversas situações. O crédito pode ser muito vantajoso para aquisição imediata de bens de maior valor, que só seriam comprados depois de um tempo de poupança. Pode ser utilizado como uma forma prática de pagamento, o que reduz a utilização de dinheiro em espécie, sem haver a necessidade de saque ou de devolução de troco, além de facilitar o controle de gastos. O comprador pode consultar em sua fatura as compras realizadas, visualizar os seus hábitos de compra e, através dessa análise, estabelecer novos planos financeiros. O crédito pode ser utilizado como uma ferramenta de planejamento financeiro. Pode também ser uma proteção contra fraudes e roubo, já que as compras realizadas podem ser contestadas com o emissor do cartão de crédito. O crédito favorece o acesso à educação, através de financiamento por exemplo, favorecendo o crescimento intelectual de indivíduos que, de outra forma, não teriam condições de arcar com despesas estudantis, trazendo propenso crescimento financeiro. É uma boa alternativa também quando utilizado para a consolidação de diversas dívidas em um único contrato, o que traz mais organização e efetividade no pagamento de acordos diversos e pode até ser mais econômico, em razão do desejo de o credor reaver seus recursos.

O crédito oferece várias vantagens, mas suas desvantagens são bastante conhecidas pela sociedade. O uso do crédito é muito tentador para quem deseja vivenciar um padrão de vida maior do que pode arcar. É flexível, dando a possibilidade de o devedor ter acesso a produtos e experiências dispendiosos com formas de pagamento mais acessíveis, como o parcelamento. Isso mascara o valor total pago, considerando que a liberação de crédito sempre gera juros, por vezes abusivos.

Os juros são a remuneração paga para a utilização do crédito, do ponto de vista do tomador. Representam o custo do dinheiro. Para muitos consumidores, entender as taxas de juros cobradas ainda é complexo, embora o Conselho Monetário Nacional tenha determinado, através da Resolução 3517 de 2007, a obrigatoriedade em informar, em toda operação de crédito e arrendamento mercantil, o custo efetivo total da operação, com todos os encargos financeiros. Por esse motivo, é reforçada nesta pesquisa a necessidade da divulgação de informações sobre educação financeira em larga escala, acessível a toda a população. Entender o quanto cada operação de crédito custa é fundamental para uma tomada de decisão assertiva.

Marques (2003, p. 1) pondera sobre a importância da responsabilidade sobre a utilização do crédito:

O crédito desempenha [...] um papel relevante na melhoria das condições de vida das famílias, ao antecipar a acessibilidade a determinado tipo de bens e serviços. Simultaneamente, obriga a um esforço acrescido de gestão e implica uma poupança

forçada por parte das famílias, sobre os quais é conveniente refletir no momento em que contratam o crédito. Na verdade, a sua contratação em condições de sustentabilidade financeira débil (emprego precário, rendimentos baixos) pode ser a causa de sobreendividamento, no futuro.

Considerando esses pontos positivos e negativos, cabe a cada consumidor tomar a decisão de utilizar do crédito disponibilizado com responsabilidade, a fim de evitar o superendividamento e a inadimplência, conforme abordado a seguir.

2.4 Endividamento: conceito e suas variáveis

Conforme Marques (2003, p. 3), “entende-se por endividamento o saldo devedor de um agregado familiar”. É a condição em que parte da sua receita é comprometida em razão da utilização de crédito. Para obterem um produto ou serviço no tempo presente, esses consumidores se dispõem a assumir um compromisso a longo prazo comprometendo parte da sua renda mensal. Essa circunstância é esperada numa sociedade onde o crédito é largamente acessível, como é o caso do Brasil, mas essa alta disponibilidade creditícia também pode gerar o multi endividamento, que é quando o crédito é utilizado em mais de um contrato de crédito firmado, e pode dar origem à situação de superendividamento e inadimplência, em que o consumidor não cumpre o seu compromisso de pagamento dentro do prazo estabelecido. Essa situação limita o planejamento familiar e dificulta a formação de poupança, trazendo frustração e conflitos pessoais e familiares.

O consumidor superendividado (ou sobreendividado) pode se colocar nessa posição de maneira inconsciente, quando não tem informações suficientes para a utilização do crédito de forma hábil, mas mesmo assim o utiliza, ou consciente, quando detém o conhecimento, porém não o aplica, assumindo inúmeras obrigações que não tem condições de realizar. As causas podem ser diversas, incluindo imprevistos ou situações não planejadas como questões de saúde familiar, morte de cônjuge, divórcios, atrasos de salário, perda de emprego, entre outros. Há situações também que envolvem julgamento equivocado, como má avaliação do orçamento, consumo irresponsável e contratação de crédito caro. A execução de um planejamento financeiro auxilia a evitar esse tipo de circunstância.

Indivíduos superendividados interferem diretamente na economia de uma comunidade, haja visto que todas as relações comerciais se baseiam na forma como cada uma das partes honra com os compromissos firmados. O superendividamento reduz o poder de compra, o que impede que as pessoas tenham capacidade de comprar novamente. A venda à prazo, como é praticada no Brasil, por exemplo, é realizada com base no crédito já disponibilizado pelas administradoras de cartão e financeiras, que por sua vez utilizam de dados sobre os hábitos de consumo e capacidade de pagamento de seus clientes. Se estes se encontram em superendividamento, não têm capacidade em realizar o pagamento dos compromissos já firmados, tampouco podem cumprir novos compromissos que venham a ser estabelecidos. Dessa forma, o crédito já não fica tão acessível, impossibilitando a realização de novos negócios. Os clientes ficam impedidos de consumirem os produtos e serviços ofertados pelo mercado, que por sua vez sofre uma desaceleração, prejudicando os ofertantes desse mercado em razão da dificuldade em vender sua força de trabalho e seus produtos. O cliente não consegue mais comprar, o comerciante já não consegue mais vender e todos os lados são prejudicados.

Marques (2003, p. 9 e 10) fala sobre a situação de exclusão dessas famílias e a importância de um suporte conjunto para resolução dessa questão:

O sobreendividamento das famílias não se reduz, pois, a um problema de falta de

liquidez. Ele é suscetível de se transformar num problema social grave. Acresce que, a exclusão do mercado de crédito e do mercado de outros bens e serviços implica, frequentemente, a exclusão do convívio social e familiar dos sobreendividados e tem repercussões na atividade laboral. Como um círculo vicioso esse *colocar-se e ser colocado à margem* acaba por influenciar negativamente a capacidade e a vontade de reorganização financeira e profissional destas pessoas. Por isso, tratar esse problema pode implicar, em muitos casos, uma abordagem multidisciplinar e abrangente, capaz de promover a autoestima e ajudar a manter os sobre-endividados econômica e socialmente integrados.

É de responsabilidade de cada indivíduo, conjuntamente com o Estado, com as famílias e com toda a sociedade, dominar e difundir o conhecimento sobre finanças. Marques (2003, p. 8) também aborda sobre esta relação entre a sociedade e o nível de sobreendividamento de sua população:

[...] Se o sobreendividamento é quase sempre uma situação do foro pessoal ou familiar, diretamente induzida por um imprevisto de vida ou por uma má decisão financeira, não deixa de ser também um problema de natureza social, diretamente relacionado com a saúde financeira da própria economia.

A influência da desorganização financeira e superendividamento é tamanha que essa questão é uma das causas para ideação suicida, segundo estudos da Universidade de Cambridge. Conforme Bebbington *et. al.* (2011), a dívida pessoal, o desemprego e a crise financeira são correlatos-chave da ideia suicida. Em 2007, 4,3% dos adultos na Inglaterra pensaram em tirar a própria vida nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa, variando de 1,8% dos homens com 55 anos a 7,0% das mulheres com 35-54 anos. Aqueles em dívida tinham o dobro de probabilidade de pensar sobre suicídio, sendo que os indivíduos com várias dívidas eram mais prováveis de relatar ideação suicida do que os que tinham apenas uma dívida. A dificuldade em pagar dívidas de aluguel, pagamentos de compras, e quitação de dívidas no cartão de crédito, além de dívidas relacionadas à habitação, (aluguel e hipotecas em atraso), foi fortemente associada a pensamentos suicidas. Sentimentos de desesperança mediaram parcialmente a relação entre dívida e ideação suicida.

Bebbington *et. al.* (2011) também comenta sobre o fato de que as estatísticas mostram um aumento das taxas de suicídio em 2008 no Reino Unido (o primeiro aumento significativo em 20 anos), período de crise econômica e dificuldade financeira. A forte associação de dívida e ideação suicida se encaixa com resultados de estudos que analisam as circunstâncias daqueles que morrem por suicídio. Bebbington *et. al.* (2011, *apud* Yip *et. al.*, 2007) mostra uma pesquisa feita em Hong Kong em que a severidade da dívida tornou-se fator-chave. Entre os relatados casos de suicídio, eles descobriram que a atividade em jogos de azar estava entre as principais causas do acúmulo de dívidas e que contribuíram para cerca de 34% do total. Dificuldades e falhas em negócios (11%) e consumo excessivo de produtos e serviços ligados à vícios (8%) foram dois outros fatores importantes. A dificuldade econômica apenas contribuiu com uma pequena porção, embora quase metade de todos os suicídios ocorreram em desempregados. Esses dados indicam o quanto a execução de um orçamento financeiro pode influenciar nas demais áreas da vida e podem diminuir a possibilidade de endividamento. O diagnóstico clínico deste estudo é que o perfil das pessoas físicas com dívida precisa ser considerado. Indivíduos com dificuldades em sanar suas despesas relacionadas à habitação e novas dívidas por perda de emprego, divórcio ou responsabilidades de cuidado necessitam de avaliação psiquiátrica, além de aconselhamento para sair das dívidas.

2.4.1 Endividamento no Brasil em 2020 e o contexto da pandemia do novo coronavírus

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, CNC, entidade sindical que defende os direitos de empreendedores no Brasil, realiza desde o ano de 2010 uma pesquisa no país intitulada por PEIC - Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. Através dela tem sido apurada a situação do mercado consumidor do Brasil e percebe-se que boa parte de sua população encontrava-se endividada e, uma parcela desse grupo, inadimplente. Em agosto de 2020, a PEIC apurou que 67,5% das famílias brasileiras encontravam-se endividadas, 26,7% delas estavam com dívidas ou contas em atraso e que 12,1% não teriam condições de pagar. Esses números são maiores do que os apurados no mesmo período em 2019. Conforme pesquisa do SPC Brasil, 4 em cada 10 brasileiros estavam negativados em fevereiro de 2020.

A pandemia do novo coronavírus que atingiu o país e o mundo nos anos de 2020 e 2021 reforçou ainda mais a necessidade de planejamento financeiro por parte dos brasileiros. Os números acima citados referentes ao mês de agosto de 2020 contam também com imprevistos trazidos pela pandemia. Como medida de prevenção, o comércio, a indústria e várias outras instituições das cidades brasileiras tiveram suas portas fechadas por várias semanas (e até meses), a fim de minimizar o contágio da população. Em razão disso, muitas empresas não conseguiam obter lucro necessário para manter a mesma quantidade de funcionários e/ou dar continuidade ao negócio. Os brasileiros se viram numa situação de incertezas e não tinham muitas perspectivas de melhora da economia.

Conforme pesquisa realizada pelo IBGE e divulgada no site do G1 Bahia (2020), o estado da Bahia é o segundo no país em número de beneficiários do auxílio emergencial distribuído pelo governo federal durante a pandemia. Este auxílio foi disponibilizado com o propósito de ajudar famílias que foram prejudicadas pelas circunstâncias de fechamento do comércio e de ampliação das medidas de combate ao vírus, que não tinham outro tipo de renda durante esse período, sendo pagas cinco parcelas de R\$600,00 (na primeira fase, que ocorreu entre os meses de abril a dezembro de 2020) e mais quatro parcelas no valor de R\$250,00 (na segunda fase, aprovada para o ano de 2021), com encerramento para o mês de dezembro. No estado da Bahia, 61% da população obteve ao menos algum membro de sua família contemplado por este auxílio.

Além disso, uma pesquisa do IBGE (2020) apontou que o desemprego no país chegou a 13,8% no trimestre compreendido entre maio, junho e julho, patamar esse alcançado como a maior taxa desde o ano de 2012. Além disso, o número de desalentados também teve aumento. Pessoas desalentadas são as que não buscam trabalho, mas que aceitariam trabalhar, se tivessem a oportunidade. A pandemia não causou apenas a demissão de muitos profissionais e a extinção de muitos postos de trabalho, mas também dificultou a procura por emprego, seja em razão da falta de oferta, seja pelas restrições das medidas de prevenção ou por questões pessoais de saúde.

Uma circunstância totalmente imprevisível, como a instalação de uma pandemia mundial, aponta o quanto é de fundamental importância que haja em cada ambiente familiar a execução de um planejamento financeiro sólido. Quando não há planejamento e nem reservas para passar por esse momento, as pessoas se tornam dependentes financeiramente do Estado, assim como aconteceu com o auxílio emergencial do governo federal brasileiro

Essas e outras pesquisas indicam o quanto a população brasileira ainda encontra dificuldade na gestão pessoal de suas finanças. Como falado anteriormente, ainda não é culturalmente estabelecido conversar sobre dinheiro, considerando que a educação básica no país não apresenta nenhum método de ensino específico sobre economia doméstica, falta que pode ser sentida nos indivíduos adultos que encontram dificuldade em administrar os recursos e o crédito disponíveis a estes.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo, abordamos a metodologia aplicada neste estudo. A questão norteadora desta pesquisa é: Como o conhecimento teórico sobre gestão financeira pode reduzir o nível de endividamento pessoal? Esta questão foi elaborada a partir da hipótese de que, com o conhecimento sobre gestão financeira, os indivíduos apresentam melhoria na compreensão dos conceitos de finanças pessoais, gerando a redução dos níveis de endividamento; além do aumento do índice de satisfação pessoal e da conquista de independência financeira. Seu objetivo foi entender como o conhecimento sobre gestão financeira pode reduzir o nível de endividamento pessoal.

Conforme aborda Roesch (1999, p. 155), “a pesquisa qualitativa é apropriada para a avaliação formativa, [...] quando é o caso da proposição de planos, ou seja, quando se trata de selecionar as metas de um programa e construir uma intervenção”. A metodologia aplicada foi a qualitativa por entender que este será um estudo para verificar a situação do endividamento e como o conhecimento sobre gestão financeira pode interferir nesse quesito, partindo da hipótese de que quanto maior o conhecimento sobre finanças, menor o nível de endividamento.

Os instrumentos de levantamento de dados utilizados foram pesquisa em livros e artigos científicos coletados através do Google Acadêmico, Plataforma Scielo, Research Gate e relatórios governamentais.

4. RESULTADOS

Através deste estudo, foi possível observar o quanto o nível de endividamento pessoal pode crescer em sociedades em que a educação financeira não é desenvolvida e trabalhada na educação básica e na vida adulta. Mesmo que um país, como o Brasil, tenha ampla oferta de crédito, sem educação financeira as pessoas não utilizam o crédito de maneira eficiente e acabam se colocando em situação de endividamento. O superendividamento e a inadimplência alcançam níveis expressivos nesse tipo de circunstância, o que impede a economia de crescer e gera uma demanda por políticas assistencialistas. Essa situação foi evidenciada pela pandemia do novo coronavírus, instaurada em 2020, que demonstrou o quanto muitas pessoas estavam financeiramente despreparadas para imprevistos como perda de emprego, questões de saúde e mudança na economia. O estudo enfatizou a necessidade de tornar acessível à população em geral o conhecimento sobre gestão financeira pessoal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em razão da importância e necessidade de educação financeira para a população brasileira, é necessária a elaboração de planos eficientes de aplicação e ensino sobre gestão financeira por parte das entidades educacionais do país, a serem aplicados desde a educação básica, para que a população desenvolva a habilidade em gerir seu orçamento familiar a fim de melhorar a sua qualidade de vida e reduzir a sua dependência dos programas assistencialistas. É necessário, ainda, que as pessoas tenham conhecimento sobre o uso inteligente das diversas linhas de crédito do mercado e sobre como organizar o seu orçamento familiar de forma a evitar o sobre-endividamento. Uma alternativa a essa necessidade é a elaboração de cartilhas educativas, em complementação a outros materiais, para a divulgação

de informações mais claras e objetivas sobre a utilização de planejamento financeiro. São necessárias também ações governamentais de estímulo à divulgação de conhecimento de gestão financeira de forma mais efetiva, a fim de educar sua população e transformá-la em uma nação capaz de construir poupança e movimentar a economia do país rumo à prosperidade.

6. REFERÊNCIAS

ABDALA, V. Endividamento e inadimplência de famílias crescem em junho, diz CNC.

Agência Brasil. Brasília, 18 jun. 2020. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-06/endividamento-e-inadimplencia-de-familias-crescem-em-junho-diz-cnc>> Acesso em: 15 set. 2020.

ARCURI, N. **Me Poupe**. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

ASSAF NETO, A. **Mercado Financeiro**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 89, 90-96.

Bahia é o segundo estado onde mais pessoas receberam o auxílio emergencial do Governo Federal, aponta pesquisa do IBGE. **G1 BA e TV Bahia**, Salvador, 30 jun. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/06/30/bahia-e-o-segundo-estado-onde-mais-pessoas-receberam-auxilio-emergencial-do-governo-federal-aponta-pesquisa-do-ibge.ghtml>>. Acesso em: 13. out. 2020.

BEBBINGTON, P. E. *et. al.* **Personal debt and suicidal ideation**. Cambrigde, 2011.

Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/446757779_Personal_debt_and_suicidal_ideation>. Acesso em: 08 mar. 2021.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Resolução CMN nº 3.517, de 2007. Dispõe sobre a informação e a divulgação do custo efetivo total correspondente a todos os encargos e despesas de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, contratadas ou ofertadas a pessoas físicas**. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=%2Flists%2Fnormativos%2Fattachments%2F48005%2Fres_3517_v1_o.pdf&utm_source=blog&utm_campaign=rc_blogpost>. Acesso em: 17 set. 2020.

BRUSKY, B. MAGALHÃES, R. S. **Assessing Indebtedness: Results from Pilot Survey among Steelworkers in São Paulo**. Genebra, 2007. Disponível em:

http://www.ilo.int/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_117961.pdf

Acesso em: 30 set. 2020.

BUAES, C. S.; COMERLATO, D.; DOLL, J. **Caderno de educação financeira: viver bem com o dinheiro que se tem**. 1. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015.

CERBASI, G. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2014.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; SILVA, F. C. **Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos**. In: Seminários em Administração, XII, 2009, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo, 2009. Disponível em:

<<http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2020.

CRUZ, L. Maioria de inadimplentes no comércio de Feira é do sexo feminino, diz SPC.

Acorda Cidade, Feira de Santana, 19 jan. 2019. Disponível em:

<<https://www.acordacidade.com.br/noticias/205545/maioria-de-inadimplentes-no-comercio-de-feira-e-do-sexo-feminino-diz-spc.htm>>. Acesso em: 15 set. 2020.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985. p. 66-76.

Desemprego chega a 13,8% no trimestre encerrado em julho, maior taxa desde 2012. **IBGE**, São Paulo, 28 ago. 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29000-desemprego-chega-a-13-8-no-trimestre-encerrado-em-julho-maior-taxa-desde-2012>>. Acesso em 13 out. 2020.

É possível sair do superendividamento. **BCB**, Brasília, DF. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/folder_serie_II_%E9_possivel_sair_do_superendividamento.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.

Endividamento dos brasileiros sobe ligeiramente em agosto e registra ritmo menor. **CNC**, Brasília, 09 mar. 2020. Disponível em:

<<http://cnc.org.br/editorias/economia/noticias/endividamento-dos-brasileiros-sobe-ligeiramente-em-agosto-e-registra>>. Acesso em: 15 set. 2020.

GARMAN, E. T.; FORGUE, R. E. **Personal Finance**. 9. ed. Boston: Houghton Mifflin Company, 2008. p. 1-264.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. p. 1-11.

LIZOTE, S. A.; LANA, J.; VERDINELLI, M. A.; SIMAS, J. **Finanças pessoais: um estudo envolvendo os alunos de ciências contábeis de uma Instituição de Ensino Superior**. In: Revista da Unifebe, v. 1, n. 19, 2016, Brusque. Anais eletrônicos. Brusque, 2016. Disponível em:

<<https://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/revistaeletronicadaunifebe/article/view/186>>. Acesso em: 23 ago. 2020. ISSN Eletrônico 2177-742X

LUCENA, W. G. L.; MARINHO, R. A. L. **Competências financeiras: Uma análise das decisões financeiras dos discentes no tocante às finanças pessoais**. In: Seminários em Administração, XVI, 2013, São Paulo. Anais Eletrônicos. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/16semead/resultado/trabalhosPDF/696.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2020.

MAO, R. **A Handbook for Personal Financial Management**. Otaniemi, 2017. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/80993438.pdf>>. Acesso em: 08 mar 2021.

MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. **Regular o sobreendividamento**. Coimbra, 2003. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2003.

NAKAMURA, J.; BARBOSA, M. 4 em cada 10 brasileiros estavam negativados em fevereiro, aponta levantamento CNDL/SPC Brasil. **SPC Brasil**, 26 mar. 2020. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/indice/7283>. Acesso em: 30 set. 2020.

OLIVEIRA, K. Brasil tem 4,6 milhões de endividados sem capacidade de pagamento. **Agência Brasil**. Brasília, 04 jun. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-06/brasil-tem-46-milhoes-de-endividados-sem-capacidade-de-pagamento>>. Acesso em: 15 set. 2020.

Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. **CNC**, Brasília, 09 mar. 2020. Disponível em: <http://cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-agosto-0>>. Acesso em: 17 set. 2020.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e pesquisa em administração: guias para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 2. ed. - São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, A. L. P.; BENEVIDES, F. T.; DUARTE, F. V.. **Finanças pessoais: análise do nível de educação financeira de jovens estudantes do IFPB**. João Pessoa: Revista Príncípia, 2018, p. 215-224